



bacia do rio Jordão



limite entre países



rios

LÍBANO

SÍRIA

# Os ecos de 1948

Mar da  
Mediterrânea

Mar Mediterrâneo

rio Jordão

Mar  
Morto

PALESTINA

JORDÂNIA

wadi al-Arabah

EGITO

JULIANA CARVALHO

ARÁBIA  
SAUDITA



0 25 50 75 Km





JULIANA CARVALHO

# Os ecos de 1948



# Os ecas de 1948





*Na cabeça uma kufia com o cordão bem apertado  
E a palma da minha mão é dura como uma pedra  
... esfolo quem a aperta  
A minha morada:  
Sou de uma aldeia isolada...  
Onde as ruas já não têm nomes  
E todos os homens... trabalham no campo e na pedreira.*

***Bilhete de identidade, de Mahmoud Darwish***

C331e

Carvalho, Juliana Ferreira.

Os ecos de 1948 [manuscrito] / Juliana Ferreira Carvalho. - 2019.

42f.: il.: color.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Hila Bernardes Rodrigues.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Palestinos - Memória histórica - Teses. 2. Identidade (Conceito filosófico) - Teses. 3. Divisões territoriais e administrativas - Teses. 4. Guerra Árabe-israelense, 1948-1949 - Teses. I. Rodrigues, Hila Bernardes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 070.4

Catálogo: [ficha.sisbin@ufop.edu.br](mailto:ficha.sisbin@ufop.edu.br)







# **SUMÁRIO**

Apresentação	_____	<b>11</b>
Estudando e vivendo a luta contra o inimigo	_____	<b>25</b>
Eu nasci assim, refugiado. Mas um dia a gente vai voltar.	_____	<b>38</b>
A sua vida não é para você, é para a Palestina	_____	<b>49</b>
Sionismo, Brasil e retrocessos	_____	<b>60</b>



# *APRESENTAÇÃO*

---

Quando me propus a escrever sobre a Palestina não o fiz por pensar que eu seria a melhor pessoa para contar a história de um território tão assolado pela colonização israelense. Meu primeiro contato com a questão palestina aconteceu quando eu tinha 17 anos. Na ocasião, minha mãe me deu o livro “A cicatriz de David”, de Susan Abulhawa, por achar que eu poderia me interessar pela história. Até então, eu havia lido dezenas de livros sobre os mortos e sobreviventes do Holocausto – um período tão abominável da história. Acredito que o assunto do Holocausto chama bastante a atenção de jovens leitores, pois certos acontecimentos passados são incredivelmente cruéis e muitas pessoas se sentem curiosas para tentar compreender o porquê daquilo tudo. Tal foi a minha surpresa ao ler o romance de Abulhawa, que quase não podia acreditar que coisas tão terríveis advindas da ocupação israelense estavam – e estão acontecendo – na região da Palestina. Eu tinha uma vaga ideia acerca de uma guerra entre Israel e Palestina. Afinal, vez ou outra ligava a televisão e via imagens de bombardeios, crianças feridas e palavras como *Hamas*, *radicalismo* e *árabes*. Mas nunca havia conhecido a história como um todo. Curiosa, busquei mais informações em outros livros, especialmente livros-reportagens e autobiografias.

Desenvolvi um compadecimento e admiração pelo povo palestino que, mesmo com a ocupação e mesmo frente ao maior exército do mundo, não desiste de retornar às terras que lhe foram tiradas pela força. Quando me vi na oportunidade de escrever sobre essa resistência que atravessa sete décadas, fui a campo e me surpreendi ainda mais quando descobri que não apenas aqueles que nasceram no território palestino, como todos os seus descendentes, ainda lutam pelo direito de retorno.

A minha intenção com esse trabalho que aqui apresento não foi dar voz aos oprimidos e, sim, manifestar minha admiração por um povo que há 71 anos é alvo de humilhações, prisões em massa,

bombardeios, cerceamento de liberdade, exílio e morte e, mesmo assim, segue reiterando repetidamente “Palestina Livre!”. Admiração por uma geração subsequente a 1948 que segue lutando por um retorno – ainda que não tenham nascido nem pisado em territórios palestinos. Essa noção de pertencimento que supera fronteiras é, de fato, impressionante. É por isso que reitero novamente que não cabe a mim dar voz aos palestinos. Eles já têm voz e, certamente, não precisam de mim para fazer com que essas vozes ecoem. Um exemplo icônico está no poeta palestino Mahmoud Darwish, falecido em 2008, que, durante sua vida lutou através da arte e da resistência pelo seu povo. Foi preso e perseguido diversas vezes pelo governo israelense. Ao lado de Edward Said, intelectual palestino falecido em 2003, escreveu a Declaração de Independência da Palestina em 1988.

Devo dizer que, em muitos momentos, questioneei a legitimidade deste livro. Pensei, em muitas noites sem dormir, que estaria me apropriando de vozes, culturas e assuntos que não eram meus, que não tinham nada a ver com a minha vida ocidental. Foi quando aconteceu de um vídeo da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi me aparecer. Então comecei a entender a importância de falar sobre os palestinos sob uma nova ótica, que não os colocasse em condição de inferioridade, nem de miserável ou terrorista. Vê-los sob uma ótica humana que busca outros espectros que não o sofrimento.

No vídeo em questão, Ngozi fala sobre o perigo de uma só história – e em como essa única história está relacionada ao poder de quem a conta. Não apenas eu, mas muitos do meu círculo social já caíram na armadilha de uma só história. Os palestinos são também vítimas desse mal, pois a representação midiática mais comum no Ocidente em relação ao Oriente Médio é degradante. Quantas vezes não ligamos a TV e o que vemos são bombardeios, crianças sangrando e os ditos “terroristas” matando inocentes?

Quantas vezes não vimos, no caso do conflito aqui retratado, os ataques israelenses sendo legitimados em nome de um suposto terrorismo? É a história única de que fala Ngozi e o orientalismo de que fala Said. Por isso entendi que este livro poderia abarcar uma outra história, focada, sobretudo, na resistência de uma identidade frente a uma tentativa de apagamento das mais poderosas forças bélicas e econômicas do mundo.

Claro, não sou a única a escrever outras histórias. Existem vários trabalhos que caminham nesta mesma perspectiva e que, inclusive, conseguem traçar percursos muito mais completos dos que eu tracei aqui. Ainda sim, espero contribuir para que novas histórias sejam conhecidas e partilhadas no imaginário social, na construção de novas representações do outro e de si mesmo.

Há quatro anos eu não moro em São Paulo, apesar de ter nascido lá. Posso dizer que minha qualidade de vida melhorou significativamente depois que me mudei para uma pequena cidade de Minas Gerais, infelizmente conhecida pelo crime das empresas Vale, Samarco e BHP Billiton, Mariana. No processo de entrevistas para a construção deste livro, fiz constantes viagens para minha cidade natal. Nesses retornos, repensei diversas vezes minha relação com a cidade de São Paulo. Sempre tive uma certa repulsa por pessoas de classe média/alta que vivem em áreas privilegiadas da cidade e estão sempre se referindo a São Paulo como o melhor lugar para se viver, sobretudo por todas as possibilidades de lazer e trabalho que a megalópole oferece. Como a minha vivência na capital paulista foi totalmente distante de uma vida de classe média, a minha repulsa era advinda de uma qualidade de vida questionável, que me fazia dividir minha existência entre o transporte público e meu local de trabalho. Uma rotina que eu considerava insuportável.

Quando fui ao encontro dos personagens deste livro – Alaa, Isam e Rawa – passei a frequentar as regiões centrais de São Pau-



lo, sobretudo o bairro do Bixiga. Sair de uma zona periférica para ir ao centro da cidade é algo comum na vida paulistana, portanto não se configurava como um desafio para mim. A questão é que, diante de um contexto de violência que bem vemos ao ligar a televisão, especialmente nos canais sensacionalistas que se alimentam dos mais terríveis crimes cometidos no cotidiano paulistano, voltar para casa à noite era sempre uma questão complicada.

Não é que meus entrevistados sejam ricos, mas, definitivamente, vivem e moram melhor do que eu vivi e morei em São Paulo durante 21 anos. O próprio Isam traduziu muito bem, sem saber, a minha própria experiência na cidade, desde meu nascimento. *“Vocês vivem como refugiados”*. Jornalistas, antropólogos e pesquisadores em geral costumam olhar para o seu “objeto” de reflexão com um olhar de superioridade. É comum vermos narrativas de grandes jornalistas em contextos de extrema pobreza ou marcados por outros tipos de dificuldades que assolam a vida de milhões de pessoas ao redor do mundo. A narrativa é quase sempre triste. Os personagens são colocados em posição de “coitados”, e o jornalista se sente como se estivesse a dar voz àquele pobre sujeito. Eu já sabia que não queria explorar as histórias de vida de meus personagens de maneira triste, mas, sim, focando na resistência e na luta palestina. Porém, em campo, me vi em meio a vários pensamentos clichês, porque eu estava esperando relatos de guerra, de sangue e de morte. Esperava uma vida difícil em São Paulo, repleta de pobreza, dificuldade e xenofobia. Uma vida muito pior àquela que eu havia tido naquela cidade que eu tanto condenava.

Não estou negando, de forma alguma, a extrema dificuldade para o imigrante e o refugiado que decidem se estabelecer no Brasil. Afinal, ainda que o país, em tese, tenha uma política de “portas abertas” aos estrangeiros, não existem políticas públicas de acolhimento ao imigrante e refugiado. Também não afir-

mo a inexistência do racismo e xenofobia. Vi de perto casos de violência simbólica contra refugiados haitianos em São Paulo. Inclusive, enquanto eu escrevia esse livro, o restaurante Al Janiah, local frequentado por todos os entrevistados aqui presentes, foi atacado de forma covarde por dois homens que jogavam bombas de gás lacrimogênio no público que estava no local. Não há dúvidas de que aquele ataque foi de cunho racista e xenofóbico, visto que o quadro de funcionários é quase completamente preenchido por imigrantes e refugiados. Além disso, o local dá uma atenção especial à causa palestina. Não me cabe deslegitimar os riscos que muitos refugiados correm ao atravessar fronteiras ilegalmente, como é o caso de Rawa. Mas a questão não é apenas essa. Essas pessoas não são passivas de um sofrimento eterno e pungente, mas sim sujeitos ativos na luta por uma vida digna, sem que seja preciso abandonar suas tradições e culturas.

## **Antes de 1948**

O ponto de partida de todas as histórias dos palestinos é o ano de 1948. Compreender o que foi a *Nakba* palestina e qual o impacto desse acontecimento na vida dos refugiados palestinos e seus descendentes tornou-se fundamental para a escrita deste livro.

A história começa, entretanto, muito antes de 1948, e compreendê-la é essencial para entender os caminhos e descaminhos de cerca de 5 milhões e meio de refugiados palestinos espalhados pelo mundo atualmente. Refugiados que vivem a história de seu povo através de uma memória que é tecida ao longo de 71 anos em suas famílias.

O marco inicial do conflito foi a fundação do sionismo, no final do século XIX, na Europa. O sionismo é um movi-

mento internacional judeu que surgiu devido ao nacionalismo europeu que já começava a adquirir um caráter antisemita. Foi então que, em 1896, Theodor Herzl, um jornalista formado em Direito, o pai do sionismo, sugeriu uma saída para fugir das perseguições contra judeus. A solução foi publicada no livro “Der Judenstaa”, que significa *O Estado Judeu*, e dizia que os judeus deveriam se deslocar para a região da Palestina e fundar seu lar nacional. Theodor afirmava que os judeus tinham relações não apenas religiosas entre si, mas raciais.

Há um entendimento generalizado de que a Palestina, que pertencia ao Império Otomano, foi escolhida por ser considerada a “Terra Prometida”. Jerusalém Oriental é sagrada para judeus, cristãos e muçulmanos. São inúmeras sinagogas, igrejas e mesquitas, além de abrigar a Esplanada das Mesquitas, onde estão localizados o Muro das Lamentações, a Igreja do Santo Sepulcro, o Domo da Rocha e a Mesquita de Al Aqsa. Mas o mito da terra prometida não pode ser levado em consideração na interpretação do conflito Israel-Palestina, pois, além da Palestina as alternativas consideradas pelos sionistas e ingleses eram Uganda, Chipre ou a Península do Sinai.

A questão é que para os sionistas seria muito mais difícil convencer os judeus alocados nos Estados Unidos e Europa Ocidental a deslocar-se para a Uganda ao invés da Palestina. Outro fator relevante que evidencia que a questão religiosa não é o pano de fundo do estabelecimento do lar nacional judaico é que os judeus ultra ortodoxos negam veementemente a existência do Estado de Israel. Essa corrente do judaísmo defende, com base na Torá, que um Estado judeu só poderia ser criado a partir da vinda do Messias à terra.

O slogan sionista, *Uma terra sem povo para um povo sem*

*terra*, ignorava a presença de meio milhão de árabes na Palestina que viviam de suas plantações e manifestavam livremente seus ritos religiosos, em sua maioria muçulmana. O plano sionista foi oficializado em 1897, no Primeiro Congresso Sionista, realizado na cidade Basiléia, na Suíça. As etapas eram: organização, negociação e colonização. Houve rejeição de alguns judeus e apoio de alguns antisemitas, afinal, evacuar os judeus para um só lugar do mundo proporcionaria uma “limpeza” na Europa.

Ainda no final do século XIX, os fluxos migratórios judaicos já começaram na região do Império Otomano. Aos poucos, a bandeira com a estrela de Davi começava a aparecer nos comércios, bancos e assentamentos judaicos. Em 1914, já havia 14 comunidades e uma cidade judaica, Tel-Aviv; 85 mil judeus e 580 mil árabes viviam na Palestina neste momento.

A oportunidade de oficializar o plano de dominação sionista veio com o fim do Império Otomano e da Primeira Guerra Mundial. Os países que compunham a Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia) começavam a articular as divisões territoriais pós-guerra. Chaim Weizmann, que assumiu o lugar de Herzl e viria a ser o primeiro presidente de Israel, buscou fortalecer as relações com os estadistas e diplomatas britânicos Arthur Balfour, Lloyd George, Herbert Samuel e Mark Sykes.

Em 1916, um acordo denominado Acordo Sykes-Picot foi assinado com o intuito de estabelecer as divisões territoriais entre as potências europeias. O documento defendia a consolidação de um Estado árabe, que teria relativa autonomia. Nessa divisão, a Palestina deveria ser mantida sob administração internacional, por conter elementos sagrados às religiões muçulmana, cristã e judia. O governo britânico investia em relações com os líderes árabes, a fim de convencê-los de que a independência de seus territórios seria garantida. O que de fato, anos mais tarde, ocor-

reu, exceto na Palestina.

Ao contrário da independência, o povo palestino começou a ser cada vez mais excluído das decisões acerca de seu próprio território. O que se viu nos anos seguintes foram inúmeros documentos assinados sem a participação dos árabes palestinos. O projeto de colonização da Palestina foi respaldado e apoiado pelo mundo, mas principalmente pelos britânicos e, posteriormente, pelos Estados Unidos. Isso fica claro com a histórica declaração de Arthur Balfour, na época Secretário do Exterior Britânico, ao banqueiro sionista, Lord Rothschild. A declaração foi, na verdade, um bilhete no qual Balfour explicitava o interesse do governo britânico em apoiar o projeto sionista com o estabelecimento do Estado judeu na região da Palestina.

Em 1920, França, Inglaterra e Rússia assinaram o Tratado de Sèvres, que determinou a Inglaterra como responsável pela Transjordânia, Palestina e Iraque. Para decidir o que deveria ser feito com esses territórios, uma comissão norte-americana denominada King-Crane foi à Damasco e se reuniu com o Congresso Geral Sírio, formado por representantes do Líbano e da Palestina. Desta reunião, concluiu-se que os desejos da população palestina deveriam ser atendidos, combatendo o projeto de construção de um Estado judaico na região. Tais resoluções deveriam ser levadas em consideração no momento de definir os termos dos mandatos a serem implantados. O Mandato da Palestina foi efetivado em 1923 e nada disso foi estabelecido.

Na época, começou a se discutir as medidas a serem tomadas para a construção do “lar nacional judeu”. Alguns judeus mostravam-se favoráveis a criação de um Estado binacional, onde ambos seriam respeitados em suas particularidades religiosas e culturais. Porém, a vertente revisionista do sionismo obteve mais influência. O revisionismo, fundado por Vladimir Jabotinsky, reunia ultranacionalismo e militarismo ao movimento.

Com 90% das concessões destinadas para os judeus, houve uma intensa desestabilização econômica do povo árabe. Além disso, como donos da grande maioria das empresas, os judeus contratavam apenas outros judeus, excluindo os palestinos e gerando um grande desemprego entre a população nativa.

Em 1933, com o início do Terceiro Reich na Alemanha, a perseguição aos judeus se intensificou, o que levou a mais imigrações judaicas para a região palestina e mais protestos árabes. Houve um crescimento, entre 1931 e 1935, de 4 mil imigrantes judaicos para 60 mil. No final da década, o número já era de 445 mil.

Em 1935, com a fundação do Alto Comitê Árabe, os palestinos começaram a boicotar estabelecimentos sionistas e se recusaram a pagar impostos aos britânicos. Essa movimentação culminou numa greve geral no ano seguinte, que durou sete meses. A resposta britânica foi a lei marcial, que criminalizava qualquer suspeito de participar de greves ou outras formas de levante popular. Foi o início das prisões em massa, multas coletivas, toques de recolher e destruição de casas. Em 1938, eram 3.717 mortos, na maioria, árabes palestinos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o sionismo ganhou ainda mais força a partir de uma intensa propaganda para que judeus que viviam sob o massacre alemão imigrassem para a Palestina, pois lá seria o lar nacional para judeus. Mais de 20 mil judeus imigraram ilegalmente entre os anos 1939 e 1943. Registros históricos identificam uma relação de parceria entre os sionistas e os nazistas durante esse período.

Ao final da Guerra, em uma comissão conjunta, a Inglaterra e os Estados Unidos, começaram a discutir o futuro dos judeus sobreviventes do holocausto. O resultado foi um relatório que autorizava, em 1946, a transferência de 100 mil judeus para a Palestina.

Tantos os Estados Unidos quanto os sionistas, viam nos re-

fugiados judeus uma importante propaganda para a construção do lar nacional. Diante da comoção internacional com os sobreviventes do holocausto, ficou mais difícil para os árabes convencerem qualquer um que a ocupação judaica era um erro e violava seus direitos. Sob a pressão de um problema que ajudara a criar, diante do crescimento de um exército sionista, a Inglaterra decidiu encaminhar o problema para as Nações Unidas, em 1947, e ameaçou abandonar o Mandato da Palestina antes do prazo acordado. Pouco mais de um ano após, as tropas inglesas deixaram a região sob ameaças do exército sionista.

No início de 1947, o sucesso da criação do lar nacional já era considerado realidade para os sionistas. Com o problema encaminhado à ONU pela Inglaterra, em abril de 1947 foi feita uma Assembleia Geral das Nações Unidas, presidida pelo brasileiro Oswaldo Aranha, ministro plenipotenciário na época. Após as discussões iniciais, em maio de 1947, foi criado o Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, sem a participação do Alto Comitê Árabe Palestino, o que resultou em termos que não colocavam em questão a independência palestina. Em contrapartida, organizações sionistas não mediam esforços para cooperar com o Comitê Especial, fornecendo documentos e, com a defesa do político David Ben-Gurion<sup>1</sup>, reafirmava o “direito” dos judeus sobre as terras palestinas como um todo.

Sem conseguir chegar à unanimidade, mais um comitê foi criado em setembro do mesmo ano; o Comitê Ad Hoc, dessa vez com a participação do Alto Comitê Árabe Palestino. Tal comitê aprovou, ao invés da independência palestina, a partilha do território entre os povos judeu e palestino, através da Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 27 de novembro de 1947. A par-

---

<sup>1</sup> Presidente da Agência Judaica e do Executivo Sionista desde 1935, Ben-Gurion ocupou o cargo de primeiro-ministro de Israel até 1963.

tilha deveria ocorrer até o término do mandato, em outubro de 1948. O território foi dividido em três partes para o Estado judeu e três para o Estado árabe; uma sétima área, Jaffa, formaria uma enclave árabe em território judeu, enquanto Jerusalém deveria ser administrada pelas Nações Unidas.

Os problemas da partilha estavam, sobretudo, no número de árabes e judeus, que, apesar de próximos (497 mil árabes e 498 mil judeus), os demógrafos alertaram para o fato de que o crescimento populacional dos dois povos se dava de maneira distinta e o número de árabes voltaria a ser maior em breve. Outro grande problema era que a partilha contrariava a Carta das Nações Unidas. Tudo isso levou o Alto Comitê Árabe Palestino a declarar que não aceitava a partilha e que o único jeito seria resistir pela força, contra qualquer tipo de ocupação estrangeira que pudesse prejudicá-los.

## 1948 e seus desdobramentos

Catástrofe. Essa é a palavra utilizada pelo povo palestino para se referir ao ano de 1948. A *Nakba* foi um verdadeiro massacre e é a prova de que para o sionismo nunca existiu a possibilidade de um Estado binacional. É a prova também de que nunca houve uma intenção por parte de Israel de respeitar os acordos e a própria decisão de partilha. Tudo leva a crer que a eliminação dos árabes foi arquitetada muito antes de 1948.

Foi uma sequência de sangrentas invasões nas aldeias palestinas, no que ficou conhecido como o *Plano Dalet*, em abril de 1948. O Plano consistia em ocupar territórios que não estavam previstos na partilha para o Estado judaico. A primeira invasão aconteceu na pequena vila palestina Deir Yassin, que estava localizada a cerca de dois quilômetros a oeste de Jerusalém, próxima



a vários assentamentos judeus. O ataque em Deir Yassin deixou 254 civis palestinos mortos, grande parte mulheres, crianças e idosos, e quatro mortos entre os invasores.

O Plano D utilizava forças armadas do exército oficial israelense, Haganah, e as duas frentes terroristas Irgun e Stern, se encarregaram de planejar e atacar comunidades palestinas a fim de disseminar o pânico entre os árabes, forçando-os a deixar suas terras.

Outro exemplo de invasão é o vilarejo Qaqun onde, como nas demais aldeias, viviam famílias camponesas que possuíam uma vida tranquila, dependendo apenas de suas plantações e mantendo relações próximas com toda a comunidade vizinha.

O ano de 1948 marca o momento em que mais de 250 mil palestinos tornaram-se refugiados. Hoje, o povo palestino é considerado a maior população de refugiados do mundo. A maioria acaba por se tornar refugiado duas vezes por conta de guerras e conflitos nos países vizinhos como a Síria e o Iraque. O número de refugiados palestinos em países vizinhos já chegava a meio milhão em 1949; contando com os que ficaram nas regiões da Cisjordânia e Faixa de Gaza, beiravam 726 mil. Mesmo assim, existe entre o povo palestino – que se constitui como todos os descendentes de 1948 – uma reafirmação constante do direito de retorno. Para os israelenses, 1948 é ano de comemorar a fundação de um Estado notadamente assassino e que atropela, todos os dias, os direitos humanos e fundamentais dos palestinos.

---

N.d.A: os dados aqui apresentados foram retirados do memorial descritivo que acompanha este livro-reportagem, no qual as referências estão devidamente notificadas.



---

**“**  
***Estudando  
e vivendo  
a luta  
contra  
o inimigo***

“O médico me disse que não posso comer nem sal, nem açúcar.” Foi a primeira frase de Isam quando me viu pela primeira vez. Curiosamente, carregava em uma sacola de mercado dois pacotes de macarrão instantâneo. Puxou uma cadeira e nos acomodamos na área externa do restaurante árabe, Al Janiah. Acendeu um cigarro e começou a falar sobre seus dentes, que haviam caído. Deixou claro que no próximo encontro os dentes estariam de volta. No nosso último encontro, pouco menos de um ano após o primeiro, os dentes ainda não estavam lá. Ele culpa os médicos brasileiros e praqueja ao dizer que até no deserto da Jordânia o atendimento hospitalar era melhor.

Nosso primeiro encontro durou cerca de três horas e, nesse tempo, era como se Isam estivesse me dando uma aula sobre política brasileira e política internacional. Ator de cinema e de teatro, escritor, poeta e professor universitário, Isam Ahmad Issa vai contra todos os estereótipos geralmente atribuídos aos refugiados. Nascido em Bagdá, Iraque, Isam é palestino “verdadeiro” – como ele mesmo diz – e sabe o que é uma “guerra real”. São 62 anos de idade e uma energia impressionante, acompanhada de sábias palavras e reflexões políticas sobre o Brasil, país que o recebeu em outubro de 2007.

Isam carrega no sangue o espírito revolucionário. Seu avô, pai de sua mãe, foi um dos líderes da revolução palestina nos anos 30, década marcada por uma intensa revolta entre os palestinos, e pela criação do Alto Comissariado Árabe – composto por cinco partidos locais e liderado pelo *Mufti* de Jerusalém, Haj Amin al-Husseini. O clima de revolução estava instaurado mais do que nunca: uma greve geral foi convocada e os palestinos se recusaram a pagar impostos. Na época, a região vivia sob comando britânico, que imediatamente se pôs

a reprimir a revolta, o que levou os palestinos à luta armada. Em meio ao conflito, houve uma pausa para a Comissão Peel, criada pelo governo britânico para o processo de descolonização da Palestina no período em que os ingleses perdiam o domínio sobre a região. Pouco depois ficou decidido que haveria uma partilha entre Palestina e um Estado judeu – Israel. Porém, documentos sobre esses episódios mostram que a divisão previa as terras mais férteis para os judeus, além de enclaves sob mandato britânico entre o reino da Transjordânia e as terras de Israel. A proposta acabou por enfurecer ainda mais os palestinos e a revolta se intensificou ao mesmo tempo em que a repressão veio com mais força. Os britânicos, com o apoio de milícias sionistas armadas, atacaram os palestinos de forma brutal, com bombardeios e enforcamentos – qualquer palestino que estivesse portando armas poderia ser morto. Foi proibida ainda a criação de qualquer organização palestina, incluindo o recém-nascido Alto Comissariado. Mesmo deixando o território anos mais tarde, o avô de Isam continuou na luta pela libertação da Palestina e chegou a ser conselheiro de Yasser Arafat nos anos 60, quando foi criada a Organização para a Libertação da Palestina (OLP).

Em 1948, dez anos após a revolta palestina que, segundo Ghassan Janafani, foi o período em que o povo palestino esteve mais próximo da vitória, aconteceu a *Nakba* palestina. A família de Isam morava em Haifa, um dos territórios atacados pelas tropas israelenses durante a *Nakba* que, em tradução livre, significa catástrofe. Na ocasião, cerca de 726 mil palestinos foram expulsos de seus territórios por força física e ingerência psicológica dos grupos israelenses paramilitares Stern e Irgun. No ano anterior, precisamente no dia 27 de novembro de 1947, a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU recomendou a partilha do território entre os povos ju-

deu e palestino. A partilha deveria ocorrer até o término do mandato britânico na região, em outubro de 1948. Um dos territórios que deveria pertencer a uma nação palestina era Haifa, onde, na época, estava o avô de Isam. Ele acabou fugindo com os filhos para a Síria, onde se abrigaram no acampamento Yarmouk, em Damasco. Com o tempo, o acampamento de refugiados palestinos se tornou o maior da Síria, e adquiriu uma estrutura de cidade. Em abril de 2018, foi praticamente arrasado pelo exército sírio.

A *Nakba* foi um plano bem sucedido, comandado por David Ben Gurion, que não enxergava a possibilidade de dividir um território com os árabes palestinos e sabia que podia vencê-los pela força. É verdade que os árabes palestinos também repudiavam a ideia de uma partilha do território entre dois povos, sobretudo em função das humilhações que já vinham sofrendo desde o mandato britânico na região, até a migração maciça de judeus europeus que não respeitavam seus costumes e tradições. Portanto, a data em que é comemorada a fundação de Israel, 14 de maio de 1948, representa, para os palestinos, uma verdadeira catástrofe. Não apenas por causa do estabelecimento do Estado de Israel, mas em função da truculência com a qual foram expulsos de suas terras, que haviam sido cultivadas por anos. Registros históricos sobre 1948 revelam que a violência atingiu níveis inimagináveis e indescritíveis. Mesmo assim, Israel nomeia o acontecido como Guerra da Independência.

O pai de Isam tinha apenas 9 anos quando viveu a *Nakba* – e fugiu, com a família para o Iraque. Anos depois, Isam chegou ao mundo em um contexto de guerra, ocupações e invasões. O percurso desse senhor emblemático começou em Bagdá, onde nasceu, passou por guerras, pós-graduação na Romênia, um campo de refugiados no meio de um deserto

da Jordânia e, agora, continua no Brasil. “Socialmente eu posso ficar em qualquer lugar, em qualquer grupo. Posso entrar no personagem como no teatro”, afirma, para sussurrar em seguida: “Isso é política”.

A guerra sempre fez parte de sua vida e, por isso, ele encara com normalidade o assunto. Diz que não sente medo de nada: “Vem uma bomba e nós todos morremos e ficamos feridos, e depois tudo volta ao normal. Por que vou ter medo?”. Ainda jovem, entrou para a revolução palestina, seguindo os passos do avô e do tio. Ele diz que foi chamado para atuar militarmente aos 15 anos, às vésperas das provas finais da escola. Perdeu as provas. Para ele, viver a guerra é como se habituar a acordar às cinco da manhã, com a diferença, é claro, da tristeza “pelos mortos”. Isam esteve na guerra do Iraque contra o Irã entre 1976 e 1980. Em 1982 esteve em Beirute, quando Israel usou a tentativa de assassinato do embaixador israelense em Londres para atacar as bases da OLP no Líbano, visando sua completa destruição. Em junho daquele ano, a operação israelense, ironicamente denominada *Paz para a Galileia*, visava a desarticulação da OLP e apoiava o estabelecimento de um governo central no Líbano, juntamente com o aliado israelense Bashir Gemayel – o líder libanês de extrema-direita, assassinado logo que tomou posse do governo, em setembro de 1982. Israel iniciou os ataques para acabar com a liderança palestina, o que durou meses, com consequências drásticas no país. Chegando à Beirute, cidade que seria completamente destruída pelo conflito em 1982, os líderes libaneses começaram a reprovar a OLP, o que levou Arafat – acompanhado de cerca de 8 mil guerrilheiros palestinos, 2.600 soldados do Exército da Libertação Palestina e 3.600 soldados sírios – a abandonar Beirute sob a condição de que as famílias palestinas fossem protegidas por uma força multinacional. Os mi-

litantes palestinos foram recebidos na Síria e na Tunísia. O plano de ataque às forças palestinas no Líbano foi idealizado pelo general israelense Ariel Sharon.

Além do rastro de destruição na região – e temendo que ainda houvesse líderes da OLP em Beirute –, o exército israelense ocupou as regiões sul e oeste da cidade. Permitiram, ali, o massacre dos acampamentos palestinos Sabra e Chatila, promovido por milícias cristãs-libanesas lideradas por Bashir Gemayel – que havia sido assassinado dois dias antes do ataque. Foram 2.700 palestinos mortos no massacre. Ariel Sharon, ministro da defesa israelense, foi apontado como responsável pelo massacre e renunciou ao cargo.

Por causa de suas excelentes notas durante a graduação no curso de Produção Animal, o governo do Iraque, com o apoio da OLP, concedeu a Isam a oportunidade de cursar o doutorado na Romênia, em 1985. Lá, ele conclui o doutoramento em Tecnologia de Melhoramento Genético de Animais, no Instituto Agrônômico Nicolae Balcescu, em Bucareste. Permaneceu no sudoeste europeu por cinco anos – os últimos da República Socialista da Romênia. Apesar de sair do *front* para os estudos, Isam diz que não foi fácil viver no país, pois sua liberdade, na condição de estrangeiro, era extremamente limitada. Viveu no alojamento da Universidade, onde não podia receber visitas. Ele até tinha a opção de ir para os Estados Unidos ao invés de ir para a Romênia, mas não suporta o país que promoveu – e promove – tantas guerras no Oriente.

O desprezo pelos Estados Unidos é totalmente compreensível. Registros históricos indicam que, no final da Segunda Guerra Mundial o país se constituiu como o principal apoiador da formação do Estado de Israel, sobretudo por interesses nas reservas energéticas que estavam na região da Península Árábica. Havia também o interesse de Harry S. Truman, que



assumiu a presidência em 1945, após a morte do então governante Franklin D. Roosevelt, e desejava conquistar votos dos judeus norte-americanos nas eleições presidenciais de 1948. Tanto os Estados Unidos quanto os sionistas viam, nos refugiados judeus, uma importante propaganda para a construção do lar nacional judeu. Diante da comoção internacional frente aos sobreviventes do holocausto, ficou mais difícil, para os árabes, convencer as pessoas de que a ocupação judaica era um erro e violava seus direitos.

Até hoje a participação do governo norte-americano tem sido crucial para manter os palestinos e palestinianas longe de suas terras, tomadas em 1948. Em 2017, Donald Trump, no cargo da Presidência da República dos Estados Unidos, reconheceu Jerusalém como capital de Israel. No ano seguinte, um dia antes da *Nakba* completar 70 anos, inaugurou a embaixada dos Estados Unidos em Jerusalém, causando espanto e revolta entre os palestinos e na comunidade internacional. Jerusalém, apesar de ser dominada por israelenses, segundo a Resolução 181 da Assembleia Geral da ONU, de 27 de novembro de 1947, deveria ser mantida sob administração internacional. O local abriga a Esplanada das Mesquitas, onde estão localizados o Muro das Lamentações, a Igreja do Santo Sepulcro, o Domo da Rocha e a Mesquita de Al Aqsa.

Com o início da Guerra do Golfo no Iraque, em 1990, Isam diz que sentiu medo de não participar, retornou a seu país de nascimento e foi à luta. Chegou a Bagdá no dia 24 de julho de 1990, em um barco. Como ele diz, sua vida foi sempre estudar e viver a luta contra o inimigo. A guerra durou dois anos e tirou a vida de seu orientador de pós-doutorado, K.H. Juma, em Bagdá, o que acabou por interromper os estudos de Isam.

Em 1994 casou-se com uma mulher iraquiana. Ela havia integrado o Partido Comunista do Iraque e, segundo Isam,

é uma grande romancista e poeta. Traduz poesias de língua inglesa para língua árabe e já havia estudado português antes de viver no Brasil. Tiveram o primeiro filho em 1995 e, em 1997, uma filha.

Com a queda do regime de Saddam Hussein e o início de outra guerra no Iraque, em 2003, Isam passou a sofrer perseguições políticas. Nesse cenário, decidiu partir, fugindo de eventuais prisões arbitrárias, desaparecimentos e torturas que pudessem ser cometidas pela milícia armada que perseguia os palestinos. Passou pela fronteira da Jordânia com seus documentos e, ali, militares americanos o reconheceram apenas como estudante, não como professor universitário. Os amigos do Iraque tiveram que enviar os diplomas de Isam posteriormente, para que ele não perdesse os títulos conquistados com tanta luta. Ao recordar esses episódios – relatados pela primeira e única vez durante nossas conversas –, Isam se emocionou. Ao encará-lo, percebi seus olhos marejados e me impressionei, pois, ao abordar outros temas duros, como a guerra e as mortes, ele não havia esboçado esse tipo de reação. “Não foi fácil, nada fácil”, disse. Permaneceu no deserto durante quatro anos, longe dos filhos e da esposa.

Na noite de partida para o Brasil, os filhos, na época com 10 e 13 anos, foram ao encontro dele no deserto, para que seguissem juntos. Ao lado de 108 refugiados palestinos, que viviam em condições sub-humanas no acampamento Ruweished, no meio de um deserto a 70 quilômetros da fronteira da Jordânia, pai e filhos adentraram no Brasil por intermédio do Programa de Reassentamento Solidário do governo de Luís Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007. Foi um período de adaptação no sul do país. Isam conta que, às vezes, não tinha vontade “nem de sair lá fora”.

Apesar de ter chegado ao Brasil como refugiado político,

lutou para que não lhe tirassem a nacionalidade de palestino – sobretudo porque o direito de retorno, no qual ele acredita, é destinado apenas aos palestinos que comprovem sua origem. Hoje ele tem visto permanente, mas é bastante crítico ao país. “Eu sou ex-refugiado, mas vocês, brasileiros, são refugiados. Vocês são refugiados no país de vocês. Onde estão os direitos de vocês? Vocês não têm”. Mesmo desejando o retorno à sua terra natal – e a despeito de inúmeras críticas ao Brasil –, Isam assegura que sente amor pelo país. “Essa é a minha pátria. Eu não vou voltar para a Palestina. Quero ficar em liberdade”.

Isam tem uma extensa carreira acadêmica. Deu aulas na Romênia e Iraque, além de ter desenvolvido, durante anos, algumas pesquisas em dois jornais jordanianos. Na ocasião, ele buscava compreender como os veículos preparavam a população para as guerras. Mas, embora atue como professor, Isam diz que não suporta o ambiente universitário, sobretudo em função da “prepotência de docentes” que, segundo ele, acham-se extraordinários. Ele diz que nenhum professor o queria como colega no período do pós-doutorado na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), talvez por sua postura extremamente crítica e impositiva, como quando ele diz: “Vocês estudam coisas, fazem pesquisas, mas nós que entramos no campo de luta. Nós que pegamos mortos, nós que pensamos estratégias. Vocês só leem”. Chegando em São Paulo, lecionou na USP e, hoje em dia vive na cidade enquanto a ex-esposa e os dois filhos continuam no sul, onde Isam esteve pela última vez em 2015.

Mesmo com tantos percalços, Isam afirma que soube viver cada etapa de sua vida. Algumas coisas, claramente, mudaram ao longo desses anos. Ele se lembra de quando podia pagar a conta de amigos e amigas – algo comum na cultura árabe quando se é o anfitrião. Hoje ele não tem dinheiro, diz

que não tem nada. Seus amigos o ajudam, segundo ele, que não tem vergonha de sua atual condição. “Fiquei [me] sentindo brasileiro quando não tive mais dinheiro”, brinca.

Como ator de cinema, Isam fez parte do documentário “A chave da casa”, dirigido por Stela Grisotti e Paschoal Samora, lançado em 2009 e do filme documentário “Era o Hotel Cambridge”, dirigido por Eliane Caffé, lançado em 2016. Atua nos palcos de teatro desde os 16 anos. No Brasil, apresentou-se ao lado de Letícia Sabatella, na peça “O Haiti somos nós”, dirigido por Rodolfo García Vásquez e exibida em 2016. Ele conta que escreveu um romance, ainda não publicado, intitulado “Antes de minha primeira morte”. Um livro que começou a ser escrito em seu pensamento. “Você nunca sabe se escrevo sobre a mulher ou sobre a pátria”, ele diz sobre a obra.

Talvez por estar sempre dividido entre a luta e os estudos, no filme documentário “Era o Hotel Cambridge”, que traz elementos reais de sua trajetória, garante que só começou a se relacionar com as mulheres com quase 40 anos de idade. Em cena, ele compara os relacionamentos com bebidas. Aos 42, a mulher tem gosto de conhaque. Aos 43, de *whisky*.

Durante um dos eventos de lançamento do filme, Isam teve a oportunidade de conhecer o presidente Lula, mas recusou. Na época, Isam afirmou que: “Eu quero saber quem vai ganhar [as eleições presidenciais] para servir minha questão [palestina]. Se vocês vivem com fome, vivem com segurança, eu não me importo muito. Me importo com minha pátria e com a política de vocês seja amiga da minha pátria”. Logo depois de me contar sobre a recusa em encontrar-se com o presidente e com o fato de ter dito não se importar com a vida dos brasileiros, declarou, aos risos: “Claro que me importo, mas falei isso!”. Isam revelou uma perspectiva bastante crítica em relação ao Partido dos Trabalhadores (PT) em nossos primeiros

encontros, sobretudo em relação aos militantes intelectuais que “de esquerda não têm nada”, afirma. Apesar disso, nos nossos últimos encontros, durante e depois das eleições presidenciais no Brasil, Isam revelou também uma admiração por Lula, ainda que de forma também crítica.

O ex-presidente Lula já obteve um certo protagonismo na questão palestina durante as negociações de paz de 2010. Já o governo de Jair Bolsonaro, eleito no ano de 2018, recebeu de portas abertas o então ministro israelense Benjamin Netanyahu, do partido Likud, de direita. Além disso, apoiou a transferência da embaixada norte-americana de Tel-Aviv para Jerusalém, reconhecendo a cidade como capital israelense, e considerou fazer o mesmo com a embaixada brasileira. Não apenas o presidente Jair Bolsonaro, mas também seus filhos, revelam um forte preconceito contra a nação palestina. No ano de 2019, um desses filhos, Flávio Bolsonaro, senador pelo Rio de Janeiro, publicou em sua conta do Twitter uma imagem de um ativista palestino fazendo o gesto de Palestina Livre com os dedos em meio ao fogo cruzado, com o seguinte comentário: “Quero que vocês se explodam”. Com “vocês”, ele se referia ao Hamas, que na época condenou a visita do presidente brasileiro nos territórios ocupados por israelenses.

Pergunto a Isam se algo mudou em seu cotidiano depois que Jair Bolsonaro venceu as eleições. Em nossos primeiros encontros, o período eleitoral ainda não havia chegado e a vitória de Bolsonaro não era uma certeza brasileira, apesar de já se constituir grande preocupação para uma parcela da população brasileira. Mas, para Isam, o Brasil é colônia e, se é colônia, não tem influência significativa na questão palestina. “A luta palestina deve ser internacional. Internacional. Para libertar Palestina, vamos libertar o mundo. Todos os povos vão participar conosco, ou ficam ocupados”, diz. Ele defende

a internacionalização da luta palestina, pois acredita que o socialismo deve libertar não somente a Palestina, mas todos os outros países os quais considera estarem ocupados por forças imperialistas, mesmo que de formas distintas da situação observada na Faixa de Gaza. A ocupação não se limitaria a uma presença militar, mas diria respeito também à dominação cultural e política.

A similaridade entre a situação da Palestina e do Brasil, em termos de policiamento e controle populacional, foi abordada por Bruno Huberman e Reginaldo Nasser. Nas enclaves de Jerusalém, estabelecidas pelos israelenses, os palestinos sofrem com um sistema de controle rígido de suas ações e movimentos. Tal controle é comparado à realidade das favelas cariocas, onde a dominação militar tem proporcionado cada vez mais monitoramento e confinamento de populações majoritariamente negras. Em ambos os territórios o clima é de ameaça constante e são cometidas diversas ilegalidades por parte do Estado. Para escritores como Angela Davis, a luta do movimento negro tem uma relação muito forte com a luta do povo palestino, pois é uma luta contra o sistema colonial que os oprime e os mata diariamente.

Na concepção de Isam, o “Brasil agora é uma pátria”, mas se engana quem pensa que ele enxerga o país com olhos de esperança. Ele veio “para morrer, não para viver”. O Brasil não é meio de sobrevivência para ele, e sim, lugar para se morrer em paz. Isam apenas deseja que não seja uma morte chata, como morrer do coração ou coisa parecida.



---

“

*Eu nasci assim,  
refugiado.*

*Mas um dia  
a gente  
vai voltar.*



Vindo do campo de refugiados Ain al-Hilweh, localizado nas proximidades de Sidon, sul do Líbano, onde viveu com os pais e as cinco irmãs, Alaa Alden Kaseem chegou ao aeroporto de Guarulhos, na capital paulistana, no dia 4 de setembro de 2015. Aos 25 anos, sem saber nada sobre o Brasil, ele possuía somente a certeza de que teria melhores oportunidades de trabalho para ajudar a família.

Alaa nasceu em Damasco, Síria, mas se considera palestino. Oficialmente ele é sírio-palestino, como milhares de filhos e netos de refugiados que saíram da Palestina em 1948, quando Israel colocou em prática o plano de estabelecer um “lar nacional” para os judeus, expulsando cerca de 720 mil árabes de suas casas – o que os palestinos definem como a *Nakba*. Aos 12 anos de idade, mudou-se para o Líbano com a família e lá viveu até a idade adulta. O campo Ain al-Hilweh, onde sua família está, é considerado o maior do Líbano, com cerca de 100 mil refugiados palestinos, dos quais 70,8% vivem abaixo da linha da pobreza. Em fevereiro de 2018, o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou o corte de quase 80% da contribuição antes destinada à Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). A verba correspondia a um terço do orçamento da agência, ajudando cerca de 80 mil refugiados de Ain al-Hilweh. Trump alegou que o corte foi resultado da resistência dos palestinos em negociar com os israelenses.

O avô de Alaa, Salim Mohamad, pai de sua mãe, saiu da Palestina, em 1948, junto com três irmãs e um irmão. Ele tinha 17 anos quando foi morar no campo Ain al-Hilweh, no Líbano. Lá viviam acampados em barracas, à mercê de todas as dificuldades que podem afetar a vida de quem é expulso de sua própria casa. Mesmo em outro território, vivia do próprio plantio, como era comum na Palestina. Conseguiu

emprego e casou-se. Teve oito filhos.

Mahmod Kaseem, avô por parte de pai, teve uma história semelhante. Saiu da Palestina também em 1948, com apenas 11 anos de idade. Migrou para a Síria e morou no campo Sbeineh, em Damasco, até sua morte, em 2002. Trabalhava cuidando de carneiros e vacas. Produzia leite, coalhada seca e queijo para vender. Dentre os 11 filhos, o mais velho é o pai de Alaa, Adnan Kaseem. Pedreiro, Adnan não consegue mais exercer a profissão em função de problemas na coluna.

Ambos os avôs saíram da Palestina com o intuito de retornar em breve, porém isso nunca aconteceu. No ano da *Nakba* os grupos paramilitares judaicos, além de utilizarem a força física, apelaram para a violência psicológica através de rádios clandestinas que espalhavam o terror pelas vilas e aldeias palestinas. Nem Salim, falecido em 2000, nem Mahmod, falecido em 2002, voltaram a ver suas terras, casas e parentes que foram forçados a deixar para trás. “Na hora da guerra, os pais se preocuparam com seus filhos e saíram de lá para salvar suas famílias”, conta Alaa.

As duas famílias tinham um primo em comum, conta Alaa. Então já se conheciam. Em viagem de trabalho no Líbano, Adnan conheceu sua esposa. Casaram-se e tiveram cinco filhas e um filho, na Síria. Em 2008, os pais e as irmãs mudaram-se de vez para o Líbano, pois a mãe queria estar mais perto de sua família. Alaa permaneceu na Síria, morando sozinho até junho de 2011, quando decidiu juntar-se aos pais e irmãs. Apesar de ter escolhido o Líbano, Alaa prefere a Síria, onde não importava se ele era palestino ou não. “É um povo muito bom”, relembra.

O ano em que Alaa decide mudar-se para o Líbano marca o início da Guerra Civil da Síria. Os conflitos começaram em março, três meses depois da partida dele. No clima da prima-

vera árabe, os sírios decidiram protestar por melhores condições e por liberdade frente ao governo de Bashar al-Assad, que, por sua vez, reprimiu fortemente a população. Nesse contexto, foi formado o Exército Livre da Síria (ELS) por desertores do exército aliado ao governo de Assad. O Estado Islâmico (EI) foi responsável pela tomada de diversos territórios sírios. O grupo afirma que sua missão é a de dominação religiosa pautada na interpretação literal do Corão. Há controvérsias em relação à motivação religiosa do Estado Islâmico, sobretudo após o vazamento de documentos secretos de espionagem norte-americana pelo ex-funcionário da CIA, Edward Snowden. Há registros que indicam que a criação do EI foi coordenada por forças norte-americanas em conjunto com o Mossad, serviço secreto israelense. A criação do EI, que ganhou enorme notoriedade midiática e dividiu as populações do Oriente Médio, seria uma estratégia para intervir nos países de interesse dos Estados Unidos e Israel. Tais países seriam, principalmente, aqueles com grandes reservas de petróleo, como é comum encontrar em diversos territórios orientais como a própria Síria, por exemplo.

A guerra na Síria persiste até a atualidade e fez com que houvesse o maior êxodo de pessoas, desde a Segunda Guerra Mundial. Nesse cenário, milhares de palestinos tornaram-se refugiados pela segunda vez – pois foram muitos os campos de refugiados de palestinos que foram dizimados tanto pelos grupos do governo quanto da oposição. Sbeineh, por exemplo, foi totalmente destruído, o que provocou o deslocamento de mais de 22 mil refugiados em 2013. Apenas em 2017 o local voltou a ser ocupado novamente, após a atuação da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA). Antes da guerra, a população palestina da Síria possuía relativa autonomia,

com empregos e acesso aos serviços básicos garantidos.

No Líbano, estima-se que 23,2% dos palestinos que vivem em Ain al-Hilweh estão desempregados. Apesar de a grande maioria estar lá desde 1948, ou ser descendente de famílias nascidas naquela região, os refugiados não possuem direitos como cidadãos libaneses e vivem como estrangeiros, impedidos de exercer cerca de 40 profissões. Somado a isso, Alaa conta que há muito preconceito em relação aos árabes palestinos, o que dificulta ainda mais a sobrevivência no local. “Quando você vai procurar emprego, parece que está tudo normal: eles pegam seu currículo e fazem a entrevista. Mas nunca chamam. Eles escrevem tudo, mas, quando você vira as costas, eles jogam fora.”

Em 2016, sob o pretexto de impedir que grupos considerados extremistas islâmicos adentrassem no campo, o Líbano decidiu construir um muro nos arredores de Ain al-Hilweh. Mesmo com essa justificativa, a comunidade palestina não aprovou a construção e houve quem comparasse a edificação com o chamado “muro da vergonha”, que Israel começou a construir em 2002 – sob as ordens de Ariel Sharon, que também utilizou o pretexto da segurança nacional. O muro da vergonha, como os palestinos o nomearam, soma 721 km, 8 metros de altura, trincheiras com 2 metros de profundidade, arames farpados e torres de vigilância a cada 300 metros. Com a construção, diversos territórios ficaram isolados entre a Cisjordânia e o que é considerado território de Israel pelos israelenses. Isso além de invadir os territórios palestinos.

A violência é constante no local, pois são mais de 20 grupos em guerra. As organizações palestinas Hamas e Fatah lutam contra o EI, a Jabhat Fatah al-Sham (antiga Jabhat al-Nusra) e a milícia local, Jund al-Sham. Alaa admite que sua família está em perigo no campo, porém assegura que todos

estão acostumados com o cenário. “Para mim, normal, porque já acostumado com as coisas. Mas, ao mesmo tempo, é muito difícil”.

Para compreender as divergências entre os palestinos, é importante lembrar que o Hamas ganhou força durante a Primeira Intifada da Palestina, em 1987, com a intensificação da violência israelense e o agravamento da crise econômica árabe-palestina. Israel insistia em negar legitimidade aos movimentos sociais palestinos, o que fez com que o terrorismo ganhasse espaço entre uma parte de combatentes palestinos que rejeitava qualquer ideia de existência do Estado de Israel. As divergências entre o povo palestino foram – e são – estimuladas pelo governo israelense a fim de enfraquecer a resistência árabe frente ao Estado ilegítimo construído sobre o sangue de palestinos. Já o Fatah, fundado por Yasser Arafat em 1959, está ligado à Autoridade Nacional Palestina e defende a ideia de um Estado binacional entre Israel e Palestina. Os dois grupos já estiveram em conflito e em disputa nas eleições palestinas para representar o povo. Em 2017, ambos assinaram um acordo de paz segundo o qual os dois atuariam no controle da fronteira da Faixa de Gaza com o Egito.

Alaa chegou ao Brasil como imigrante, e não como refugiado. Morou por cinco meses na ocupação Leila Khaled, situada no bairro Liberdade, na grande São Paulo, junto com seis amigos sírios e palestinos. Quando conseguiu trabalho, mudou-se de lá e, desde então, já passou por quatro apartamentos diferentes na região central da cidade. Nenhum dos seis amigos mora na ocupação atualmente.

O ano de chegada de Alaa à cidade paulistana, 2015, foi também o ano em que a ocupação Leila Khaled foi inaugurada. A mobilização dos movimentos de esquerda foi bastante intensa na época e uma das pautas centrais foi a questão pa-

lestina, exatamente em função da massiva migração de palestinos que deixavam a Síria. Diante disso, a mobilização da ocupação foi no sentido de unificação da luta palestina pelo retorno às terras ocupadas por Israel, a questão do refúgio e a questão do direito à moradia na cidade de São Paulo. O nome da ocupação evidencia esse movimento de internacionalização. Leila Khaled foi uma guerrilheira palestina da Frente Popular para a Libertação da Palestina, conhecida internacionalmente por seu protagonismo na luta pelas terras palestinas expropriadas pelos sionistas. Entre 1969 e 1970, a militante foi uma das responsáveis pelo sequestro de aviões comerciais a fim de que Israel libertasse os presos políticos palestinos que sofriam torturas nas mãos de soldados israelenses. Não houve mortos nem feridos durante as ações, mas um avião vazio foi destruído por uma explosão causada pelo grupo. Hoje, Khaled é membro do Conselho Nacional Palestino.

Foi um primo que convenceu Alaa a sair do Líbano e buscar melhores condições de vida no Brasil. Sendo o único filho homem, Alaa tem a obrigação de trabalhar para ajudar a família, conforme a tradição árabe. Diante do desemprego e das dificuldades dos palestinos que vivem no Líbano, mudou-se para São Paulo e conseguiu, através desse primo, um trabalho em um shopping da região do Brás. Ali, ele passou a vender tênis logo que chegou, em outubro de 2015. Aprendeu português rapidamente, contando com a ajuda de amigos brasileiros e vídeos no *Youtube*. Com pouco mais de quatro anos no país, Alaa começa a conversar e escrever em português fluente.

Com a inauguração do restaurante Al Janiah, em São Paulo, Alaa saiu do emprego no shopping. Em janeiro de 2016, passou a trabalhar de garçom no restaurante árabe. O local também funciona como bar, boate e espaço cultural. Quase todo o quadro de funcionários é composto por

refugiados palestinos, sírios, cubanos e argelinos, além de brasileiros nordestinos e sulistas. Para Alaa, eles são hoje a sua família. Atualmente ele coordena os garçons e possui um empreendimento próprio para a produção de gelatos italianos com sabores árabes.

A vida no Brasil tem sido boa, segundo Alaa, a despeito de alguns episódios desconfortáveis. Ele conta, por exemplo, que, certo dia, quando andava pela Avenida Paulista e usava no pescoço o *kufyia* – lenço tradicional palestino –, um rapaz, ao vê-lo, gritou: “volta para a sua terra”. Outros episódios de xenofobia foram vividos por Alaa, até mesmo no restaurante Al Janiah. Recentemente, o local foi alvo de um ataque por dois rapazes que jogaram, no interior do restaurante, duas bombas de gás lacrimogênio. Acredita-se que a motivação foi xenofóbica, sobretudo pela grande presença de imigrantes e refugiados naquele espaço. Ainda assim, Alaa segue tranquilo e não costuma reagir a comentários ofensivos.

Em suas férias, Alaa comprou passagens de avião para visitar sua família no Líbano. Viajou por 24 horas e, chegando a Dubai, ele e outros dois amigos foram impedidos de prosseguir. Ele acredita que o motivo seja a descendência palestina dos três – um medo, por parte das autoridades locais, de que palestinos ocupem o território libanês. Uma vez que tenha saído do Líbano, território extremamente inóspito com os palestinos, a chance de conseguir retornar é mínima, ele afirma. Depois de três dias no aeroporto de Dubai, Alaa desistiu de embarcar e retornou ao Brasil. Foram mais de R\$ 4 mil não reembolsados. Ele segue sem saber quando verá sua família novamente, já que seus pais e irmãos não querem se aventurar por terras brasileiras, sabendo que correm o risco de não retornar à terra natal. Desde que está no Brasil, Alaa ganhou três sobrinhos que não chegou a conhecer pessoalmente.

Conta que sente saudades da família, mas garante que todos estão conscientes de que é mais seguro e estável que ele fique em São Paulo. Ainda assim, acredita num futuro em que todos poderão voltar às terras palestinas. “Eu nasci assim, refugiado. Mas um dia a gente vai voltar”, afirma.

Desde a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Israel controla as fronteiras palestinas. Na época, ocupou os territórios de Jerusalém Oriental, Cisjordânia e a Faixa de Gaza – tomada pelo Hamas em 2007 e entregue ao Fatah em 2017. Mais de cinco milhões de refugiados espalhados pelo globo não conseguem voltar às suas terras, mesmo com a Resolução nº 194 da Organização das Nações Unidas (ONU), de 11 de dezembro de 1948, que estabelece o direito de retorno aos refugiados que desejarem, e, aos que não quiserem voltar, o pagamento de indenização pelos danos sofridos em função das ações de combate de Israel.

Alaa nunca esteve de fato na Palestina, porém garante que sua identidade como palestino é inquestionável. Embora tenha certeza de seu retorno, ele não sabe nem quando nem como isso vai lhe acontecer. No pescoço, carrega uma corrente cujo pingente forma o contorno das terras palestinas, incluindo os territórios que foram ocupados por Israel. Ele afirma que, se não vivenciar o retorno, seus filhos ou netos o farão. A certeza de Alaa vem da maneira como ele enxerga Israel: “de 1946 até agora, um país desse tamanho com armas, com bombas, com o mundo, atacaram a Palestina e até agora não conseguiram ocupar tudo”. Até hoje, a maioria das famílias palestinas guarda consigo as chaves de suas antigas casas, inclusive a família de Alaa.

A memória de um lugar em que nunca esteve veio do avô, que sempre dizia que a Palestina era o paraíso, um país muito lindo, repleto de árvores e terras férteis. A história da Pa-



lestina é transmitida oralmente através das famílias e é por isso que se mantém viva, mesmo entre os refugiados que não nasceram lá. “Como meu avô ensinou meu pai, meu pai me ensinou e eu vou ensinar meu filho”, diz Alaa. Essa resistência no cultivo da memória palestina é fundamental para que a luta continue – mesmo 71 anos após o massacre israelense, mesmo longe de suas terras, mesmo sem armas e sem poder.

Sempre muito procurado para falar sobre o refúgio, Alaa diz que é comum que os jornalistas o julguem uma pessoa triste. Mas ele não se considera triste. Nem refugiado. “Eu saí de lá porque eu quis”, afirma. É como alguém que sai de sua cidade natal para trabalhar, estudar ou qualquer outra coisa, ele diz. “Eu não saí de lá por causa do medo, saí para ajudar a minha família.” Conta, então, sobre um episódio de um jornalista que associou seu hábito intenso de fumar ao fato de ele ser árabe – e também a uma possível tristeza por estar longe de casa. Mas, segundo Alaa, nada daquilo era verdade.

A diáspora palestina tem se espalhado cada vez mais em diversos países fora do Oriente Médio. Ainda assim, Alaa acredita que a migração para países ainda mais longes do território palestino não diminui a possibilidade do retorno. O desejo de retornar é nítido nas gerações mais jovens de refugiados palestinos. Todos os anos, no mês de março, a marcha do retorno é realizada em várias partes do mundo – inclusive nos territórios ocupados pelas tropas israelenses, que reagem brutalmente, com atos de repressão que ferem e matam o povo palestino.



---

“

*A sua vida  
não é  
para você,  
é para  
a Palestina*

Rawa Alsagheer tem 23 anos. À primeira vista, sua estatura de menina, baixa, magra, o rosto com feições juvenis e o corpo inquieto e saltitante não dão a dimensão de quem Rawa representa. Mas, como ela mesma diz, ninguém tem cara de refugiado ou refugiada. Rawa não é apenas refugiada, é uma mulher e artista que defende a causa de sua nação – palestina – e enfrentou situações das mais adversas para viver uma vida na qual pudesse ser livre em diversos sentidos. Nosso primeiro encontro, em fevereiro de 2018, ocorreu no bar e restaurante de seu cunhado, localizado na Praça Roosevelt, região central da cidade de São Paulo. Era um dia irritantemente chuvoso e, enquanto eu procurava o endereço, percebi que já havia estado naquele local alguns anos atrás. Sentada, esperando que Rawa chegasse, me concentrei em lembrar exatamente quando eu havia ido àquele local e fiquei intrigada pensando nas coincidências que podem ocorrer em uma cidade tão grande como São Paulo.

Rawa se auto denomina “refugiada de 48”. Esse é um termo comum para designar refugiados de origem palestina que têm no sangue a história da *Nakba*. O pai de Rawa fugiu de Haifa, Palestina, com a família quando tinha seis anos de idade. A jovem deixa claro que a saída foi por conta de uma invasão, e não ocupação israelense. “Invasão porque eles tiraram todas as pessoas, a família do meu pai... Eles saíram de lá com armas de Israel pra sair da casa deles”, explica. A família ficou sem nada e foram para a Jordânia, depois para o Líbano e se estabeleceram na Síria. Lá, quem nasce filho de refugiado palestino, até mais ou menos a quarta geração, é registrado como palestino também, como é o caso de Rawa. Ela explica que apenas a documentação é diferente, os direitos, enquanto cidadã síria, lhes eram garantidos.

Sua criação, como a da maioria dos descendentes de re-

fugiados de 48, foi totalmente voltada à questão palestina. Mesmo nascida na Síria, foi ensinada que deveria falar com sotaque palestino. Desde criança seu pai lhe dizia: “Sua vida inteira tem que ser lutando para a Palestina. A sua vida não é para você, é para a Palestina, e tem que você acreditar nisso”. O pai era músico e tinha uma banda de músicas tradicionais palestinas. O sonho de Rawa é ir à Palestina – sonho que ela sabe que não é possível realizar tão cedo.

No início da Guerra Civil da Síria, em 2011, Rawa morava com a família no campo de refugiados Al a’edeen, em Homs – cidade onde nasceu. Mesmo em meio à guerra, em 2012, com 14 anos de idade, Rawa fez um curso de cinema com duração de seis meses com o seu cunhado, que era também o professor do curso. No ano de 2014, quando estava prestes a terminar o ensino médio, a situação ficava cada vez mais perigosa em sua cidade. O perigo fez sua irmã mudar-se para o Egito. A essa altura, o irmão já tinha ido para a Malésia e a outra irmã estava na Jordânia.

Rawa permaneceu em Homs com a mãe e o pai – que na época enfrentava um câncer. Foi quando, aos 18 anos, Rawa decidiu que iria embora. Ela se sentia em perigo em meio a uma guerra civil que dura até hoje e, segundo a ONG Observatório Sírio para os Direitos Humanos, já deixou mais de 500 mil mortos. Viajou em direção à Turquia de forma ilegal com o plano de ir da Turquia para a Europa, também de forma ilegal. Ela chegou a considerar a travessia pelo mar Mediterrâneo e pela floresta. Não deu certo e, com a chegada do inverno, Rawa desistiu de tentar. A travessia pelo mar Mediterrâneo é considerada a jornada mais perigosa para chegar à Europa. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), entre 2000 e 2017, foram 33.761 refugiados mortos e desaparecidos nas águas do mar. O caso de Aylan Kurdi e sua família

chamou a atenção do mundo para a questão dos refugiados. A foto do menino sírio de apenas dois anos na beira do mar, sem vida, tornou-se um símbolo do risco da travessia ilegal. Não só ele, como seu irmão e sua mãe, morreram afogados ao tentar chegar à Europa. Apenas o pai sobreviveu.

O trajeto de Homs para a Turquia durou 24 horas. Se não houvesse uma guerra, o tempo seria de apenas quatro horas. Nesse caminho, Rawa passou por grupos como o do Estado Islâmico e por militares do governo de Bashar al Assad. Ela conta, aos risos, que “foi muito horrível”. É curiosa a forma como Rawa sempre ri quando está relatando um caso trágico. Chegando à fronteira da Turquia, no deserto, Rawa e o grupo de quatro desconhecidos que a acompanhava foram capturados pela polícia turca que os manteve por cerca de 40 minutos de olhos fechados e com armas apontadas para as cabeças. A negociação para prosseguirem viagem foi estranhamente simples: duas caixas de cigarros.

Após um mês de sua partida para a Turquia, o pai de Rawa morreu. Foram sete meses morando na Turquia, grande parte desse tempo na cidade Mersin. Sete meses de racismo, exclusão e dificuldades. Mesmo que na Turquia a população tenha o domínio da língua árabe, e também da inglesa, as pessoas insistem em se comunicar apenas utilizando a língua turca. Claro, é uma exclusão direcionada àqueles considerados indesejados, como os refugiados. “Se você precisa chegar para um rua, eles não ajudam. Então eu sofri muito nesses sete meses”, conta. O irmão, que até então morava na Malésia, contatou Rawa para informar que o Brasil estava recebendo refugiados palestinos da Síria. Ele e a irmã que estava no Egito foram os primeiros da família a chegar no Brasil. Rawa demorou um pouco mais, pois estava ilegal na Turquia e não poderia sair do aeroporto tão facilmente. O jei-

to encontrado foi conseguir um documento que valia por 48 horas – tempo para embarcar rumo ao encontro dos irmãos, que estavam residindo em Guarulhos (SP).

Quando Rawa chegou ao aeroporto de Guarulhos, no dia 6 de maio de 2015, estava feliz, pois finalmente veria sua irmã, cunhado, sobrinho e o irmão. Mas a empolgação durou pouco tempo. No momento em que pisou fora do aeroporto e encarou a cidade de São Paulo, tomou o ônibus até a estação de metrô, onde as pessoas a tocavam sem necessidade, ela sentiu como se estivesse no inferno. “Vou voltar pra Síria no mesmo avião, tchau, não quero mais”. Ela relembra o caso aos risos, mas explica que sentiu muito medo nas duas primeiras horas em São Paulo. A casa que moravam em Guarulhos não possuía móveis e contava apenas com um quarto, além da sala e da cozinha. Na sala, dormiam ela e o irmão. No quarto, a irmã com o esposo e o filho.

No segundo dia na cidade, Rawa foi até a Polícia Federal e à Cáritas Brasileira pedir refúgio. A fama do Brasil acolhedor não funcionou na prática, pois Rawa conta que não teve ajuda de ninguém para entender os trâmites legais que deveria seguir. Pesquisou tudo na internet e se aventurou em uma cidade totalmente desconhecida – a décima maior do mundo. Mesmo com uma recepção tão pouco afetiva, Rawa e sua família foram atrás de aulas de português, trabalho e estudos.

As pessoas ficam impressionadas quando olham para Rawa. Dizem que ela não parece ser refugiada. Por mais que não exista um padrão que especifique como um refugiado age, como se veste e o que consome, há um certo imaginário social que relaciona o refúgio com miséria, ignorância e desespero. “Tem ter o que pra parecer que eu sou refugiada?”, ela questiona.

Rawa também questiona a fama do Brasil de país re-

ceptivo aos que necessitam de refúgio. Isso porque dar refúgio a alguém, para Rawa, não é apenas emitir um documento mas também possibilitar financeiramente uma vida digna àqueles que acabaram de chegar. Além disso, teria de haver um encaminhamento para que essas pessoas estrangeiras pudessem aprender a língua portuguesa. Quando Rawa chegou ao aeroporto de Guarulhos, sequer foi questionada se era seu desejo pedir ou não refúgio no Brasil.

O principal entrave para que o Brasil seja, de fato, um país acolhedor é a falta de políticas públicas para imigrantes e refugiados que chegam ao país. O Brasil não é o destino sonhado pelas pessoas que desejam uma vida melhor, mas acaba recebendo um grande número de imigrantes e refugiados, já que a entrada no país é bem mais simples do que nos Estados Unidos e países europeus, por exemplo. Em função dessa facilidade, muitos acabam vindo. O Brasil é o único país que lhes concede o visto, mas, ao chegarem, percebem que a porta aberta é só para a entrada – todas as demais portas são fechadas. Não há, por exemplo, um esforço no sentido de viabilizar um processo de integração junto à sociedade brasileira. Também não há oferta de empregos ou qualquer ajuda do governo para que os refugiados possam começar suas vidas.

Rawa e sua família permaneceram em Guarulhos por três meses e depois se mudaram. O irmão decidiu ir para o sul do país em busca de trabalho. A família conseguiu trazer a mãe de Rawa para o Brasil quase um ano depois. A mãe, que estava sozinha em Homs desde a morte de seu esposo, conseguiu o visto e embarcou diretamente da Síria para o Brasil. Finalmente, estavam todos juntos e, com a gravidez da irmã de Rawa, mais um membro da família chegaria ao mundo em breve. As coisas começaram a se ajustar. Uma família brasileira de origem síria decidiu em-



prestar uma casa em Santo Amaro (SP), para que a família Alsagheer pudesse se acomodar melhor.

Passados alguns meses, a mãe de Rawa decidiu morar com o filho que estava em Balneário Camboriú (SC) e insistiu para que Rawa fosse também. Ela foi contra a vontade, pois já estava começando seus projetos pessoais na área do audiovisual, fazendo amigos e aprendendo a língua portuguesa. Ficou no sul por seis meses, mas não se adaptou. A cidade não oferecia espaços culturais e artísticos para que Rawa pudesse se expressar. Em janeiro de 2017, decidiu fugir e voltar para São Paulo. A fuga gerou uma briga com a mãe, mas Rawa estava decidida que em São Paulo poderia ter melhores oportunidades para realizar seus projetos artísticos. Ela produziu um curta metragem denominado “*Fingers*” (Dedos), no qual mostra como as crianças aprendem a se comunicar através dos gestos das mãos. Logo que retornou a São Paulo começou a trabalhar como caixa no restaurante Al Janiah.

Em meio às idas e vindas, havia algo mais acontecendo na vida de Rawa. Ela estava conhecendo seu futuro namorado através do Facebook. Rawa e Yousef, que estava na Palestina, conversavam todos os dias apesar da distância de mais de dez mil quilômetros. Eles se conheceram por intermédio de uma amiga em comum na rede social e começaram a conversar por vídeo. Yousef queria saber mais sobre o Brasil, pois estava procurando um país onde pudesse estudar música, já que seus estudos haviam sido interrompidos duas vezes. Ele estudou três dos quatro anos de graduação em música em Dubai, até que a faculdade fechou e ele não conseguiu terminar o curso. Posteriormente, conseguiu ir para a Itália, também para estudar música. Ficou lá por um mês, até que um terremoto na região acabou destruindo o local onde estudava.

A primeira conversa entre eles, que já se deu por vídeo, durou sete horas. Rawa conta que acabaram não falando nada sobre o Brasil – que era o motivo inicial para se conhecerem. A conversa dos dois virou rotina e, depois de mais de um ano compartilhando segredos, planos e informações, decidiram que queriam ficar juntos. Yousef disse que queria ir para o Brasil e Rawa passou a buscar maneiras de viabilizar esse deslocamento. Ele chegou em São Paulo no dia 26 de abril de 2017, dia em que Rawa estava completando 21 anos. Hoje, ele faz parte do quadro de funcionários do Al Jannah e integra a Orquestra Mundana Refugi. Ele e Rawa mantêm um namoro.

É sabido que ser artista no Brasil não é fácil. Rawa também sabe disso, mas recusa a ajuda de ONGs em seus projetos audiovisuais. Ela alega que já recebeu ajuda de organizações que, por sua vez, recebiam dinheiro de sionistas – o que ela considera inaceitável. Como não é sempre possível saber de onde exatamente vem o dinheiro das ONGs, ela prefere evitar esse tipo de financiamento. Além disso, ela não gosta da maneira como é creditada nas produções audiovisuais financiadas por certas instituições, pois produtores insistem em especificar a condição de refugiada antes de seu nome. Houve também situações nas quais Rawa estava procurando trabalhos *freelancers* na área do audiovisual. Ela conta que ao receberem seu currículo, queriam contratá-la como atriz, a fim de retratar a vida de pessoas refugiadas como ela. Rawa manifesta raiva quando se lembra dessas ocasiões. “Minha vida não é história pra vocês”, diz.

Rawa é cercada por pessoas que são a favor da Palestina e contra a ocupação israelense nos territórios palestinos. Ela reconhece que existem muitas pessoas interessadas em entender melhor a questão, porém confessa que não tem paciência para perguntas sobre a possibilidade da existência de

dois estados, Israel e Palestina. Diz que por ser do signo de touro, sente muita raiva. “Eu não quero ouvir essa pergunta. E como aqui o Brasil foi ocupado do Portugal primeiro, então as pessoas tem que ter essa ideia da ocupação, o que é ocupação, que aconteceu com os índios aqui. Faço meu trabalho, quem entendeu tá legal, quem não, ele consegue procurar na internet, ele consegue procurar sozinho”, afirma.

Tudo que Rawa faz é, de certa forma, em nome da resistência palestina. Ela ministra oficinas de *Dabke* – dança folclórica popular espalhada na Palestina, Jordânia, Síria e Líbano. Na Palestina, a dança é também uma forma de resistência e chegou a ser proibida para evitar que os palestinos se reunissem em grandes grupos. Por isso, Rawa faz questão de não apenas ensinar a prática da dança, mas contar a história da Palestina, começando três mil anos antes de 1948.

Rawa não é tão tradicional quando o assunto é religião e, por isso, dentro da comunidade árabe há algumas pessoas que não a enxergam com bons olhos. Primeiro, por ser mulher e consumir bebidas e cigarro. Segundo, pelo namoro. Ela e Yousef são jovens e, por isso, não pensam em casamento atualmente – mas, sim, em aproveitar o namoro e em lutar pelas realizações pessoais. Porém, na cultura muçulmana, espera-se um casamento o quanto antes, sem espaço para namoro ou para dúvidas.

Atualmente Rawa gosta da vida em São Paulo e sonha em conhecer o nordeste brasileiro. Ela atua em um projeto de “contação de histórias árabes” para crianças e diz que adora a atividade – pois acredita que as crianças não têm preconceito e estão mais abertas para aprender outras culturas sem caírem nos estereótipos. Por ter saído ilegalmente da Síria, ela não tem como acessar seus diplomas de ensino médio e está fazendo o supletivo para poder ingressar em uma faculdade

futuramente.

Segundo relatório da Agência da ONU para Refugiados (Acnur), divulgado em maio de 2019, estima-se que 34% dos refugiados que vivem no Brasil possuem o ensino superior, enquanto, entre a população brasileira, esse número é de apenas 15%. Porém, a maioria dos refugiados não conseguem validar seus diplomas no Brasil e, por isso, cerca de 68% não trabalham na sua área de formação. Além disso, 25% estão desempregados e 67% não conseguem cobrir suas despesas. Outro dado revelador de que o Brasil não é efetivamente acolhedor é que pelo menos 41% relatam que, no país, já foram alvos de atos discriminatórios.

Em São Paulo, a maneira como imigrantes e refugiados se dividem espacialmente evidencia que eles interagem melhor entre si do que com a população brasileira. A divisão dos bairros, os centros culturais, os bares e os restaurantes são exemplo de como esses grupos acabam formando suas próprias comunidades para encontrar lazer e trabalho.



***SIONISMO,  
BRASIL  
E RETROCESSOS***

---

O tema de migração e refúgio tem cada vez mais conquistado um espaço no debate social. Há inúmeros trabalhos abordando o fenômeno sob diversos ângulos. A urgência do tema é justificável, pois ao mesmo tempo em que os deslocamentos têm sofrido um aumento, ainda há países, como Estados Unidos e Itália, por exemplo, adotando medidas contra os refugiados e imigrantes. As fronteiras parecem ser mais importantes e sagradas do que as vidas dos seres humanos que decidem tentar uma vida longe de sofrimentos, guerras e perseguições.

No Brasil, em 2017, houve um avanço na lei de migração que passou por uma transformação significativa. De ameaça à segurança nacional – termo extremamente retrógrado – os imigrantes passaram a ser mais humanizados e receber auxílios governamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) e programas sociais como o Bolsa Família. Mesmo assim, o país ainda tem muito o que avançar.

A relação do Brasil com a Palestina foi intensa durante o governo Lula, que, inclusive, foi incumbido pelas Nações Unidas de tentar viabilizar um acordo de paz entre Israel e Palestina. Foi a primeira vez que o Brasil obteve tanto destaque no cenário internacional, sobretudo quando estamos falando de um conflito tão sério e longo. Além disso, o país sempre votou a favor da Palestina em assembleias da ONU.

Acredito que o povo brasileiro não demonstra um conhecimento tão profundo sobre as questões do Oriente Médio. Porém, o fato de um presidente ter demonstrado solidariedade ao povo palestino é algo que afeta muito a visão da população sobre os palestinos e o conflito. Digo isso porque, nos últimos anos, o que temos visto é uma mudança abrupta do Brasil pró-Palestina para um Brasil pró-Israel. É notadamente preocupante que bandeiras de Israel, aos gritos de “fora, muçulmanos”, tenha aparecido em diversas manifestações em apoio a Jair Bolsonaro. Pela primeira

vez, em uma assembleia da ONU sobre direitos humanos, o país votou contra os palestinos, favorecendo Israel e suas práticas racistas e assassinas. Jair Bolsonaro, em diversos momentos, demonstrou que está de pleno acordo com o governo israelense. Considerou, inclusive, a transferência da embaixada brasileira de Tel-Aviv para Jerusalém, reconhecendo o local como capital de Israel. O absurdo dessa declaração está no fato de que, historicamente, Jerusalém pertence ao domínio internacional e, mesmo assim, Israel segue instalando assentamentos judaicos e relegando os palestinos às margens – ou à morte.

O que acontece são múltiplas *Nakbas*. Todos os dias o exército israelense renova o ano de 1948 ao assassinar, torturar, prender e desumanizar palestinos. Em 2018, havia cerca de 300 crianças detidas em prisões israelenses. Anualmente, o número de crianças levadas aos tribunais é de 500 a 700. Os pequenos são espancados, torturados e intimados a se confessar, geralmente acusados de ter jogado pedras em soldados israelenses. De fato, é quase cultural entre as crianças palestinas o ataque utilizando pedras contra os tanques de guerra de Israel. A prática foi adotada desde a Primeira Intifada e transformou-se em símbolo de resistência palestina, sobretudo pela extrema desigualdade de forças que gera um genocídio diário na Faixa de Gaza.

Infelizmente, nos últimos 15 anos, o Brasil vem assumindo posição entre os cinco maiores importadores de tecnologia militar israelense. Em São Paulo, durante os protestos de 2016 contra o aumento das passagens, o então governador Geraldo Alckmin fez uma compra de seis bilhões em equipamentos de repressão (utilizado contra os manifestantes) vindos de Israel. Fora isso, nas ocupações militares do Rio de Janeiro, que também mata a população negra e pobre todos os dias, as armas também são de Israel. Em 2018, inclusive, uma foto de crianças palestinas segurando um cartaz com



a frase “Armas de Israel matam na Palestina e nas favelas cariocas” foi o símbolo de uma campanha internacional anti-Bolsonaro durante as eleições presidenciais brasileiras. Ironicamente, militares brasileiros estavam utilizando o *kufyia* em suas ações nas favelas cariocas. A atitude é de um desrespeito tremendo com a luta palestina que nada tem a ver com a polícia racista e assassina do Brasil.

Bolsonaro abriu as portas ao primeiro ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, no dia da posse presidencial, em 1º de janeiro de 2019. Netanyahu, em campanha eleitoral, utilizou a promessa de mais anexações israelenses em territórios palestinos e mais repressão aos movimentos palestinos. Ou seja, prometeu matar mais do que o governo israelense já mata todos os dias.

Bombeiros israelenses foram utilizados em uma intensa propaganda pró-Israel quando a barragem da Vale, em Brumadinho, se rompeu. A foto de uma moça delicada, bombeira, com a bandeira de Israel ao lado da bandeira do Brasil bordadas na manga do uniforme militar viralizou nas redes sociais. O teatro midiático montado pelo governo brasileiro foi lamentável. Frente a mais um crime das mineradoras, Bolsonaro trouxe bombeiros israelenses que em nada ajudaram na busca por sobreviventes no meio da lama tóxica da Vale. A quem interessa utilizar grandes tragédias como palco para “boas ações”? A Israel. É uma jogada muito inteligente e muito praticada pelo governo israelense. Prestar ajuda humanitária para que se tenham uma boa visão do Estado ilegítimo que testa em palestinos a potência de suas armas.

Foi nítido o avanço sionista no Brasil a partir de 2018.



